

PL 4330 PASSA, MAS LUTA CONTINUA

PMDB, PSDB, PSD, PRB, PR, DEM, PPS, PV, PHS, PSB, Pros, PDT e Solidariedade votaram contra os trabalhadores

O projeto de lei 4330/2004, que legaliza a terceirização da mão de obra inclusive das atividades-fim das empresas, foi aprovado por 324 votos a 137 (duas abstenções) pela Câmara dos Deputados. A votação encerrada na noite dessa quarta-feira pode significar o fim de direitos conquistados em anos de luta.

Votaram contra os trabalhadores, parlamentares do PMDB, PSDB, PSD, PRB, PR, DEM, PPS, PV, PHS, PSB, Pros, PDT e Solidariedade, da Força Sindical. Somente PT, PCdoB e Psol, além da bancada do governo federal, cerraram forças contra o PL da terceirização (*acompanhe pelo www.spbancarios.com.br como votou cada deputado*).

Na próxima semana, a partir da terça-feira 14, os deputados apreciarão destaques ao projeto que depois deve seguir para votação no Senado. Qualquer alteração pode remeter o PL de volta à Câmara dos Deputados.

Durante toda a tramitação os trabalhadores continuarão unidos e organizados contra a legalização da terceirização que precariza empregos e direitos. Uma paralisação nacional já está sendo convocada para o dia 15 (*leia abaixo*). “Nossa luta vai se intensificar. Vamos parar e faremos questão de ir de estado em estado denunciar os deputados que votaram a favor do PL para que o povo não reeleja

os traidores da classe trabalhadora”, afirma o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Mobilização – Milhares de trabalhadores de todo o Brasil permanecem desde a terça, em Brasília. Foram violentamente reprimidos pelas polícias Militar e Legislativa e proibidos de ocupar as galerias do plenário pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que na noite da terça 7 votou a urgência da votação para quarta.

A presidenta do Sindicato, Juvandia Moreira, destaca que a aprovação do PL 4330 não interessa à sociedade, mas somente aos empresários. “Todos os trabalhadores serão prejudicados. Os terceirizados continuarão com direitos rebaixados e terão mais dificuldade para vencer ações na Justiça. Os contratados terão empregos ameaçados, já que será mais barato e fácil terceirizar”, afirma. “Basta dizer que os milhares de terceirizados do setor financeiro têm jornadas mais extensas, salários 70% menores que os dos bancários, sem PLR, vales e outros direitos. Isso acontece em todas as categorias. A terceirização desorganiza os trabalhadores, o que vai dificultar cada vez mais novas conquistas. Por isso vamos lutar até o fim para barrar o PL 4330 e a terceirização. Os bancários estarão mobilizados por seus empregos e direitos no dia 15.” ✚

BRASIL VAI CRUZAR OS BRAÇOS NO DIA 15

Em dia nacional de paralisação, 15 de abril, CUT, CTB e as principais centrais sindicais brasileiras se unirão a parceiros dos movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MTST (Movimento dos Traba-

lhadores Sem Teto) e Fora do Eixo-Mídia Ninja para cobrar a retirada do PL 4330. O texto não melhora as condições dos cerca de 12,7 milhões de terceirizados (26,8% do mercado de trabalho), fragmenta a representação sindical e legaliza

a diferença de direitos entre contratados e terceirizados. Em São Paulo, a mobilização acontece às 17h, no Largo da Batata, e o Sindicato vai participar. Leia na página 4 um histórico da luta dos trabalhadores contra o PL 4330.

AO LEITOR

Contra o PL 4330

O Sindicato se mantém atuante em defesa dos direitos trabalhistas e contra o PL 4330, que libera a terceirização ilimitada para as empresas, reduzindo os salários e colocando em risco a vida e o emprego dos trabalhadores.

A terceirização no Brasil, ao contrário do que prega o discurso patronal, não tem o objetivo de gerar especialização nem de gerar postos de trabalho. A terceirização no Brasil é utilizada como forma de rebaixar o patamar de remuneração e direitos dos trabalhadores e desarticular sua organização.

No setor financeiro há uma forma de terceirização que vem crescendo muito que são os correspondentes bancários, estabelecimentos comerciais (lotéricas, mercados, farmácias etc.) que prestam uma série de serviços bancários com trabalhadores que recebem menos, trabalham mais e não têm a segurança exigida por lei nas agências bancárias. O número de estabelecimentos que prestam serviço de correspondente cresceu 2.313% entre 2000 e 2014, atingindo 331 mil em junho deste ano, de acordo com o Banco Central.

Em Brasília, a CUT está mobilizada, conversando com os deputados para mostrar que os trabalhadores não querem esse projeto de lei e ver seus direitos desregulamentados.

Vamos nos unir e lutar para que o PL 4330 não vire lei. Participe e saiba mais pelo nosso site (www.spbancarios.com.br) e pelo [facebook.com/spbancarios](https://www.facebook.com/spbancarios).

Juvandia Moreira
Presidenta do Sindicato

Folha Bancária

Filiado à CUT, Contraf e Fetec-SP

Presidenta: Juvandia Moreira

Diretora de Imprensa: Marta Soares

e-mail: folhabancaria@spbancarios.com.br

Redação: André Rossi, Andréa Ponte Souza, Gisele Coutinho, Luana Arrais e Rodolfo Wrolli

Edição: Jair Rosa (Mtb 20.271)

Edição Geral: Cláudia Motta

Diagramação: Fabiana Tamashiro e Linton Publio

Tiragem: 100.000 exemplares

Impressão: Bangraf, tel. 2940-6400

Sindicato: R. São Bento, 413, Centro-SP, CEP 01011-100, tel. 3188-5200

Regionais: Paulista: R. Carlos Sampaio, 305, tel. 3284-7873/3285-0027 (Metró Brigadeiro). Norte: R. Banco das Palmas, 288, Santana, tel. 2979-7720 (Metró Santana). Sul: Av. Santo Amaro, 5-914, tel. 5102-2795. Leste: R. Icem, 31, tel. 2293-0765/2091-0494 (Metró Tatuapé). Oeste: R. Benjamin Egoas, 297, Pinheiros, tel. 3836-7872. Centro: R. São Bento, 365, 19ª andar, tel. 3104-5930. Osasco e região: R. Presidente Castello Branco, 150, tel. 3682-3060/3685-2562

[/spbancarios](https://www.facebook.com/spbancarios) [/spbancarios](https://www.youtube.com/spbancarios)

www.spbancarios.com.br

BANCO DO BRASIL

MPT é contra contingenciamento

Órgão entrará com ação caso banco não pare de locar espaço para desmobilizar bancários nas greves

O Ministério Público do Trabalho deu ultimato para que o Banco do Brasil assinasse termo se comprometendo a não locar espaços para contingenciamento de funcionários na greve. O banco tem até o dia 17 para responder. Caso não aceite, o MPT ingressará com ação civil pública contra a instituição no

valor de R\$ 100 milhões.

A determinação do procurador Luiz Carlos Michele Fabre surgiu após o Sindicato apresentar provas apontando que desde a greve de 2011 o banco desloca funcionários de seus locais de trabalho para prédios locados com o objetivo de burlar o direito constitucional de greve.

Na audiência na terça 7 foram anexados ao processo fotos e matérias dos veículos noticiando os contingenciamentos, além de ações das empresas terceirizadas pelo BB que fazem referência ao interdito proibitório – artifício jurídico que possibilita aos bancos tentar burlar o direito de greve. “O promotor ressaltou que a locação de espaços para contingenciamento pelo BB fere o direito de greve dos trabalhadores”, diz a dirigente sindical Silvia Muto. www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=10843

Locação de espaços para prática de contingenciamento fere direito de greve

Silvia Muto
Dirigente sindical



COOPERATIVA

Assembleia da Bancredi no dia 23

Contas da entidade referentes ao exercício de 2014 serão deliberadas pelos cooperados

A Cooperativa de Crédito dos Bancários (Bancredi) foi criada para auxiliar os trabalhadores a superar dificuldades financeiras. Para isso oferece empréstimos a juros inferiores aos cobrados no mercado e remunera investimentos acima do mercado.

As contas da entidade de 2014 serão votadas pelos cooperados em assembleia no dia 23 de abril, às 16h, no Auditório Azul do Sindicato (Rua São Bento, 413), conforme edital publicado na coluna da página ao lado e no jornal *Diário de São Paulo* de 2 e 13 de abril. ✱

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO E MUNICÍPIOS LIMIÉTROFES – BANCREDI
PARECER DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2014
O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo e Municípios Limítrofes, no cumprimento às atribuições legais e estatutárias, determinadas pelos artigos 55 e 56 do Estatuto Social, analisaram as peças constantes das demonstrações contábeis de que trata o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Sobras e Perdas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, considerando as informações e esclarecimentos prestados pelos diretores, e auditoria externa, é de parecer que as mencionadas demonstrações contábeis refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da entidade em 31/12/2014 assim DELIBERA:
1 – Aprovar o balanço Patrimonial e Demonstrações de Sobras e Perdas de 31 de dezembro de 2014.
2 – Submetê-los à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, convocada para este fim em 23 de abril de 2015, para a sua aprovação, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 28 do Estatuto.

São Paulo, 23 de janeiro de 2015
Camilo Fernandes dos Santos,
Ivone Maria da Silva, Marta Soares dos Santos

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho 2014
(Valores expressos em Reais)

ATIVO	31/12/2014	30/06/2014
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	9.162.703,93	9.283.814,73
Disponibilidades	1.046.078,02	89.808,06
Títulos e Valores Mobiliários	2.698.486,43	990.544,24
Operações de Crédito	5.479.388,07	6.801.153,85
(-) Provisão Empréstimos e Títulos	(726.424,72)	(728.255,00)
Outros Créditos	286.818,24	2.130.563,58
Outros Valores e Bens	381.357,89	0,00
Permanente	58.965,71	72.683,42
Investimentos	20.000,00	20.000,00
Imobilizado em Uso	197.695,18	198.834,88
(-) Depreciação	(158.729,47)	(146.151,46)
Diferido	145.787,40	145.787,40
(-) Amortização	(145.787,40)	(145.787,40)
Compensação	6.365.631,33	7.659.024,96
TOTAL DO ATIVO	9.221.669,64	9.356.498,15

Flávio Monteiro Moraes - Diretor Presidente

Washington Batista Farias - Diretor Financeiro

Clarice Torquato Gomes da Silva - Diretora Secretária Geral

Júlio César Garcia de Andrade - Contador - CRC SP-219946/O-2

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho 2014
(Valores expressos em Reais)

PASSIVO	31/12/2014	30/06/2014
Passivo Circulante	5.639.374,70	6.486.882,38
Depósitos a Prazo	5.252.716,76	6.360.767,36
Outras Obrigações	386.657,94	126.115,02
Patrimônio Líquido	3.582.294,94	2.869.615,77
Capital Social	3.497.261,26	3.032.031,92
Reservas	72.036,75	72.036,75
Sobras/Perdas Acumuladas	(234.452,90)	
Ajustes de Exercício Anterior	(173.951,19)	
Sobras/Perdas a Líquidas do Exercício	421.401,02	(234.452,90)
Compensação	6.365.631,33	7.659.024,96
TOTAL DO PASSIVO	9.221.669,64	9.356.498,15

Flávio Monteiro Moraes - Diretor Presidente

Washington Batista Farias - Diretor Financeiro

Clarice Torquato Gomes da Silva - Diretora Secretária Geral

Júlio César Garcia de Andrade - Contador - CRC SP-219946/O-2

Demonstrações de Sobras e Perdas dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho 2014
(Valores expressos em Reais)

Atos Cooperativos	31/12/2014	30/06/2014
INGRESSOS OPERACIONAIS		
Rendas de Operações de Crédito	830.483,32	724.222,67
Rendas de Título de Renda Fixa	63.577,63	64.186,76
Rendas de Recuperação Crédito	167.637,50	56.764,06
Rendas de Cobrança	10.268,74	9.838,89
Rendas de Serviços Prestados	0,00	0,00
Rendas de Reajuste do Período	190.722,43	313.095,31
	1.262.689,62	1.168.107,69
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
Reversão de Provisões Operacionais	258.819,93	0,00
Multas por Atraso	60.243,06	46.839,98
Reversão de Despesas com Olhar Local	0,00	0,00
	319.062,99	46.839,98
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		
Receitas não Operacionais	706.397,99	0,00
	706.397,99	0,00
DISPÊNDIOS OPERACIONAIS		
Despesa de Captação	(371.056,32)	(166.372,96)
Despesa de Contribuição FGCOOP	(4.695,84)	(2.379,34)
Despesas Administrativas	(931.250,94)	(797.852,51)
Provisões e Ajustes Operação Crédito:		
Amortização e Depreciação	(13.185,69)	(11.518,85)
Despesas Juros do Capital	(101.492,82)	(72.154,43)
Provisão para Operação de Crédito	(445.067,97)	(399.122,48)
	(1.866.749,58)	(1.449.400,57)
SOBRA OU PERDAS LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	421.401,02	(234.452,90)
Destinação legal das Sobras		
Destinação Resultado Operacional	(234.452,90)	(234.452,90)
Ajuste de Exercício Anterior	(173.951,19)	0,00
Sobras Acumuladas	421.401,02	0,00
Sobras/Perdas a Disposição da (AGO)	12.996,93	(234.452,90)



Balanço Patrimonial 12/2014
CNPJ 03.422.007/0001-90

VITÓRIA

Caixa continuará 100% pública

Anúncio oficial foi feito pelo ministro da Fazenda e pela presidenta do banco. Caixa Seguridade terá abertura de capital

A Caixa Federal continuará sendo um banco 100% público, como os trabalhadores querem e tanto lutaram para manter. O anúncio foi feito em coletiva de imprensa pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e pela presidenta da estatal, Miriam Belchior.

Desde o final de 2014, diante de informações veiculadas pela imprensa de que a instituição federal poderia ter parte privatizada, bancários e Sindicato mobilizaram-se pela manutenção do banco 100% público.

A presidenta do Sindicato, Juvandia Moreira, saúda os trabalhadores pela campanha vitoriosa. “Fizemos uma grande luta pela Caixa 100% pública e vencemos. Parabéns aos bancários e bancárias do banco federal pela participação maciça nessa campanha.”

“Nossa mobilização pela Caixa 100% pública foi forte, fomos às

ruas, cobramos posição oficial, por meio de ofício enviado pelo movimento sindical à presidência da Caixa, mas essa luta não acabou. Agora, queremos o fortalecimento do banco público com mais contratações e melhores condições de trabalho. Lutamos em defesa do papel social da Caixa Federal, fundamental para o país”, ressaltou Dionísio Reis, diretor executivo do Sindicato.

Seguridade – “A Caixa continuará sendo uma empresa 100% pública, mas a atividade de seguros que hoje já tem sócios privados nós vamos modificar”, disse Joa-

quim Levy em coletiva, referindo-se à Caixa Seguridade.

“Nós temos avaliação que o negócio de seguridade tem enorme potencial futuro, muito pelo momento que o país vive, com aumento de renda. A Caixa quer estar bem posicionada para aproveitar esse momento”, afirmou Miriam Belchior, para quem o banco tem condições de fazer a abertura com o mesmo êxito que o feito com a BB Seguridade. “Va-

mos convidar os principais bancos de investimento atuantes no país para fazer esse estudo de viabilidade, para então decidir ou não pela abertura de capital.”

Levy afirmou que a intenção é que a abertura de capital das participações da Caixa na área de seguros seja feita este ano, mas o prazo vai depender das condições do mercado. Para Miriam Belchior, a medida deverá ajudar na expansão do banco. ✨



▶ Luta constante dos empregados ao lado do Sindicato foi essencial

ITAÚ

Demitida irregularmente

Sindicato cobra reintegração de bancária que estava em plena estabilidade pré-aposentadoria

Após anos de dedicação, muitas vezes dentro da mesma empresa, vários bancários são demitidos em plena estabilidade. Esse é o caso de uma funcionária do Itaú, dispensada após 27 anos no banco, quando já planejava sua aposentadoria.

Márcia Basqueira, diretora do Sindicato, entrou em contato com o banco e denunciou a irregularidade da dispensa, pois de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), por ter mais de 23 anos de vínculo com o banco ela não poderia ser dispensada. “Estamos cobrando a reintegração da trabalhadora e esperamos uma resposta. Isso tem se tornando frequente no Itaú, há casos em todas as regiões.”

A dirigente ainda critica que a instituição também tem demitido diversos funcionários prestes a atingir esse direito. “O banco tem feito o desligamento de bancários próximos à estabilidade pré-aposentadoria alegando performance, produtividade, perfil, eixo etc. O Itaú lucra tanto e vive pregando que cumpre o papel social, só não consigo enxergar onde.”

Conquista – A CCT prevê que no período de pré-aposentadoria o bancário tem estabilidade garantida por 12 meses anteriores à complementação do tempo para o benefício proporcional ou integral aos que tiverem, no mínimo, cinco anos de vínculo com o banco. Para quem tem 28 anos de vínculo, a estabilidade se inicia 24 meses antes.

Para as bancárias, os 24 meses se aplicam com o mínimo de 23 anos de vínculo ininterrupto no mesmo banco. ✨

CIPA DO CEIC: VOTE EM MÁRCIO MIRÓN Nº 11

A colocação de piso tátil em todos os setores e a melhoria no transporte por vans são algumas das propostas que Márcio Mirón, nº 11, encaminhará caso seja eleito para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) do Centro Empresarial Itaú Conceição (Ceic). A votação ocorre de 15 a 17 de abril e todos os funcionários têm direito a voto, mas em apenas um candidato.

BRADESCO

Reunião da FFC nesta 5ª

O Sindicato está convidando os participantes do IABCN (Instituto Assistencial BCN) que fazem jus a um montante de R\$ 100 milhões para reunião nesta quinta, às 19h, no Auditório Azul da sede (Rua São Bento, 413, Centro).

Serão dados informes do processo e os passos seguintes a serem tomados pela entidade.

Os recursos do IABCN, que era administrado pela Fundação Francisco Conde (FFC), são constituídos por contribuições do extinto banco BCN (adquirido pelo Bradesco) e dos funcionários.

Leia mais no www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=10822 ✨

EDITAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocação:

Ficam os senhores diretores e associados convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 27 de abril de 2015, segunda-feira, na Rua Senador Paulo Egídio, 34, sala 22, Sé, CEP: 01006-010, São Paulo/SP, conforme artigos 16º e 17º do Estatuto Social. As assembleias Geral Ordinária e Extraordinária serão instaladas em primeira convocação às 18h e, em segunda, às 18h30.

Assembleia Geral Ordinária

Ordem do dia:

Apresentação do Balanço Geral e aprovação das contas do ano de 2014;

Apresentação, discussão e aprovação do relatório de atividades referente ao ano de 2014;

Nova eleição da diretoria para o triênio 2015 a 2017;

Assuntos Gerais.

Assembleia Geral Extraordinária

Ordem do dia:

Alteração do 2º artigo do Estatuto Social referente endereço da sede do Comitê Betinho.

São Paulo, 27 de março de 2015

José Roberto Vieira Barboza

Diretor presidente voluntário

José Osmar Boldo

Diretor vice-presidente voluntário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.651.675/0001-95, com registro sindical DNT5262, por sua presidenta, convoca todos os empregados do Banco HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, dos municípios de São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba, Cauaia do Alto, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 14 de abril de 2015, em primeira convocação às 13h, e em segunda convocação às 13h30, na sede do banco, situada à Rua Conselheiro Nébias, nº 14 – 6º Andar, São Paulo/SP para discussão e aprovação da seguinte ordem do dia:

Discussão e deliberação sobre a proposta de renovação do Acordo Coletivo de Trabalho específico para os empregados da área de telemarketing do Banco HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.

São Paulo, 9 de abril de 2015

Juvandia Moreira Leite

Presidenta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CUMULATIVAS

O presidente da Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo e Municípios Limitrofes – BANCREDI convoca seus associados para se reunirem em AGO e AGE cumulativas, a realizar-se a Rua São Bento, 413, térreo, Auditório Azul, nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no dia 23 de abril de 2015, obedecendo aos seguintes horários e “quorum” para sua instalação, sempre no mesmo local, em cumprimento ao que determina seu Estatuto Social: 1) em primeira convocação às 16h, com a presença de 2/3 do número de Associados; 2) em segunda convocação às 17h, com a presença de metade mais um do número total de Associados; 3) em terceira convocação às 18h, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia – AGO: a) leitura para discussão e julgamento do relatório da diretoria; apreciação da prestação de contas da Administração, incluindo: balanço, demonstração de sobras e perdas, parecer do Conselho Fiscal e Auditoria; b) destinação de sobras líquidas ou rateio das perdas apuradas; AGE: a) Eleição do Conselho de Administração.

São Paulo 9 de abril de 2015

Flávio Monteiro Moraes – Presidente

Washington Batista Farias – Tesoureiro

Clarice Torquato Gomes da Silva – Secretária

Três décadas de mobilização



Bancários paralisam empresa terceirizada na década de 1990



Sindicato promoveu diversos seminários sobre o tema



Campanha lançada em Brasília durante audiência pública no TST



Ato contra PL 4330 reúne 5 mil trabalhadores na Paulista em 2013

RESISTÊNCIA

Luta contra terceirização é antiga

PL 4330 pode ser desconhecido da maioria dos brasileiros, mas tramita desde 2004 e sempre foi combatido pelo Sindicato, que atua contra a precarização do trabalho desde a década de 1990

Quem viu o noticiário das TVs e sites de jornais na terça-feira 7 pode ter se perguntado por que tanto barulho em torno de um projeto de lei “desconhecido”. Diante da iminência de sua aprovação na Câmara dos Deputados e dos protestos que resultaram em repressão violenta da polícia do lado de fora do Congresso Nacional, a grande mídia rompeu o silêncio quase absoluto sobre o PL 4330, que amplia de forma geral e irrestrita a terceirização, permitindo-a até mesmo na atividade-fim da empresa. Mas o fato é que ele tramita no Legislativo desde 2004 e sempre foi combatido pelo movimento sindical.

Se a luta contra o PL 4330 já tem mais de dez anos, a batalha que o Sindicato trava contra a terceirização – utilizada pelos empresários como forma de rebaixar salários, extinguir direitos e enfraquecer a organização dos trabalhadores – vem desde o início da década de 1990, quando as instituições financeiras começaram a terceirizar serviços tipicamente bancários. “Primeiro foi a compensação de cheques. A área foi terceirizada, mas a mão de obra era formada por ex-bancários, e o Sindicato continuou atuando na organização desses trabalhadores. Depois começaram a ser terceirizadas as áreas de cobrança, análise de crédito, abertura de contas, numerário... E o Sindicato passou a organizar greves em conjunto com esses trabalhadores, realizar paralisações e protestos nas empresas terceirizadas e a promover diversos debates e seminários sobre o tema”, conta a diretora da entidade, Ana Tércia Sanches.

Desde o início, o processo de terceirização no setor financeiro resultou na precarização das condições de trabalho, o que ocorre até hoje. “Muitas terceirizadas funcionavam em porões, com pouca iluminação, banheiros sujos, falta de água e salários aviltantes”, lembra a dirigente.

Vitórias – Algumas vitórias foram conquistadas nesse caminho, como a incorporação pelo Bradesco, em 1997, de funcionários do Telebanco, que eram terceirizados. De lá para cá, sob pressão do Sindicato, milhares de outros trabalhadores foram reconhecidos como bancários e passaram

a usufruir dos direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

Outras vieram por meio da Justiça, em ações interpostas pelos trabalhadores terceirizados, e que contaram com a ajuda do Departamento Jurídico da entidade. Ações que só foram vitoriosas por causa da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que proíbe a terceirização nas atividades-fim das empresas (que o PL 4330 quer permitir). Ou ainda por meio de ações do Ministério Público do Trabalho (MPT) a partir de denúncias e dados apresentados pelo Sindicato.

A categoria chegou a arrancar da Fenaban uma mesa temática sobre terceirização, porém sem avanços, porque a federação dos bancos nunca aceitou os limites propostos pelos sindicalistas.

Parceiros – Ou seja, a luta se deu em várias frentes: no Legislativo, pelo campo jurídico, na organização sindical e na tentativa da via negocial. Mais tarde, em 2003, um ano antes da apresentação do PL 4330 pelo ex-deputado e empresário Sandro Mabel, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou um grupo de trabalho sobre terceirização, do qual o Sindicato fez parte desde o início. Anos depois, no final de 2011 – logo após a realização de audiência pública do TST sobre o tema, a primeira da história daquela corte –, o Sindicato também se aliou a diversos parceiros na criação do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, que além da CUT, CTB e outros sindicatos, reúne entidades como a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e ainda auditores fiscais do trabalho, advogados trabalhistas, OAB, centros acadêmicos de pesquisa como Cesit/Unicamp. Aliados importantes no combate ao PL 4330. ✨



É IMPORTANTE PENSAR BEM ANTES DE VOTAR

O embate que o Sindicato travou na Câmara contra o projeto também contou com a atuação importante de parlamentares da bancada trabalhista, como o ex-deputado Ricardo Berzoni (PT-SP), que presidiu o Sindicato entre 1994 e 2000. “O empenho de parlamentares da categoria bancária, em especial de Berzoni, foi fundamental para barrar até hoje o PL 4330. E num momento como esse, em que os direitos dos trabalhadores estão ameaçados, é fundamental que a gente reflita sobre nossas escolhas na hora do voto. Esse Congresso que está aí, e que acabou de votar a favor do PL 4330, é o mais conservador desde 1964, ano do golpe militar no Brasil. A maioria está ao lado dos empresários e não dos trabalhadores”, ressalta a secretária-geral do Sindicato, Ivone Maria da Silva.

Ela destaca ainda que se a disputa em torno do 4330 coloca empresários e trabalhadores de lados opostos, nem todos os parlamentares da bancada trabalhista atuam em favor dos interesses da maioria da população brasileira. Há deputados como os do Solidariedade, partido ligado à Força Sindical, que mesmo sendo oriundos do movimento sindical, votaram pela aprovação da terceirização que precariza as condições de trabalho no país.

PREVISÃO DO TEMPO

qui	sex	sáb	dom	seg
Mín. 15°C Máx. 26°C	Mín. 17°C Máx. 27°C	Mín. 18°C Máx. 27°C	Mín. 17°C Máx. 26°C	Mín. 17°C Máx. 25°C